



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011671-95.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Tutela Cautelar Antecedente - Liminar**  
 Requerente: **Boni Auto Socorro Eireli**  
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - Detran/SP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Boni Auto Socorro Eireli ME move ação de obrigação de fazer contra o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, pedindo a condenação do réu na obrigação de transferir o Ford/Ford F 600, 1974/1974, vermelho, placas BHM 4920, para o nome da compradora Ana Maria Galuzzi Chiessi, sob o fundamento de que a transferência foi indevidamente recusada.

O réu, citado, não contestou.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O veículo, conforme fls. 22/23, foi alienado pelo autor, em 21.06.2016, para Ana Maria Galluzzi Chiessi, a qual teria solicitado a transferência para o próprio nome, por formulário (fls. 25), que foi negada (conforme despacho lançado no formulário), vez que o *chassi* estaria fora dos padrões do fabricante, veja-se fls. 27.

Ocorre que o veículo passou por vistoria veicular e foi regularmente aprovado, conforme fls. 29/30, ao passo que a singela afirmação de irregularidade, feita pela Diretoria de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Trânsito, não está respaldada em qualquer documento. Nesse cenário, há que prevalecer o que emerge do laudo produzido como resultado de vistoria veicular.

Por outro lado, descabe a condenação do réu na obrigação de transferir o veículo para o nome da adquirente, porquanto esta última não faz parte do presente processo, e seria atingida em sua esfera jurídica em detrimento do devido processo legal, por ofensa ao contraditório e à ampla defesa.

A única providência cabível, correspondente à parcial procedência da ação, é condenar o réu na obrigação de, em sendo provocado a tanto, não recusar a transferência do veículo com fundamento na irregularidade do chassi.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar o réu na obrigação de, em sendo provocado a transferir o veículo, abster-se de recusar a transferência com fundamento na irregularidade do *chassi*.

Condeno-o, ainda, nas custas e despesas de reembolso, e em honorários que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Transitada em julgado, intime-se pessoalmente o réu para em 10 mês comprovar o cumprimento da obrigação.

P.I.

São Carlos, 10 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**